

# A maioria de Brasília

DESDE que foi inaugurada, Brasília havia conquistado o direito de surgir, diante de muita gente, como a Capital da Solidão. Dava a impressão de que, tudo que lá acontecia, não ia além da defesa de seus próprios interesses, como se fosse uma nação independente, sem maiores relações com os Estados e as populações que a envolviam. Não era para admirar que as galerias das duas Casas do Congresso permanecessem vazias. E quando, por acaso, se enchessem, era por um movimento vindo de fora, com pessoas que desembarcavam dos aviões e dos ônibus, para dar apoio a alguma causa que interessasse a classes ou categorias de todo o País. Como no caso dos aposentados. Nos assuntos de aumento de vencimentos. Sempre e sempre uma reivindicação de alguma classe preocupada com os seus problemas.

Fora disso, quando acontecesse que ficassem lotadas as galerias das duas Casas do Congresso, com habitantes da própria Brasília, podíamos ter a certeza de que haveria, na ordem do dia do Senado ou da Câmara dos Deputados, algum pleito da Novacap, reunindo o funcionalismo da entidade que presidira a instalação de Brasília. Ou, quando muito, a questão do divórcio, em apoio ao Senador Nelson Carneiro, para proporcionar remédio, ou solução, a tantos casais desavindos, e que desejavam consolidar aventuras, estimuladas pelo sistema de vida da nova Capital, com a convivência nos clubes, que reagiam contra a sensação de isolamento que parecia consequência dos grandes espaços abertos para a construção da cidade. Já se havia observado que, em Brasília, não existiam esquinas, para reunir pessoas que se encontrassem, e interrompessem a marcha para alguns instantes de conversação. As ruas não passavam de estradas para veículos em disparada. A população se contava mais pelo número de veículos em circulação do que de pessoas que nela residissem. E automóveis não param para conversar, com os olhos do motorista preocupados com o relógio do velocímetro.

De repente, tudo isso mudou. Teve-se a impressão de um despertar de Brasília. Não sei bem onde estava localizado o sino dos despertadores. Mas imagino que vinha de sua Universidade, ou da sua juventude, dispersa pelas escolas. E foi então que ela percebeu que era realmente capital, e capital de um continente denominado Brasil. Compreendeu que o maior dever de qualquer capital é ser a caixa de ressonância dos sentimentos ou das tendências que estejam vivas, ou latentes, por toda a extensão do País.

Quando todo o Brasil vibrava com o pleito da eleição direta do Presidente da República, nenhuma região teria o direito de enclausurar-se na indiferença ou no desdém. Muito menos se lhe coubesse a responsabilidade do título de capital, o que vale dizer de cabeça, para a orientação dos sentimentos e das reivindicações que já haviam conquistado o apoio da população do país. E a verdade é que Brasília não fugiu de seus deveres, entregando-se, de corpo e alma, ao movimento que empolgara toda a Nação. Essa, talvez, a falha que se observou, no desenrolar dos acontecimentos. Não havia necessidade de levar gente de fora para Brasília, para que o Congresso tivesse a certeza da força da causa que conquistara os corações brasileiros. Bastava contar com os próprios habitantes de Brasília. Foi com eles que as galerias do Congresso se tornaram repletas. Foi com eles que os Senadores e Deputados começaram a sentir, de perto, uma pressão com que não contavam, mas que vinha de suas próprias famílias, com o selo e o entusiasmo da juventude.

Talvez o ponto de partida estivesse no campus de sua Universidade, no pátio de suas escolas. Era um movimento que vinha de dentro para fora, do seio das próprias famílias, dos jovens para os adultos, com o ímpeto e a força de uma onda de ressaca. Vendo na eleição direta o complemento indispensável para a cidadania do brasileiro.

Final, por que não teriam eles o direito de que usufruíram seus pais, seus avós, o de votar no Presidente da República de sua preferência? Sentia-se, no fundo, que aquela situação significava uma espécie de **capitis diminutio**, a sensação de uma penalidade sem julgamento, a decretação de uma incapacidade que nenhuma razão podia justificar, e que não era mais do que o preconceito de quem se julgava senhor absoluto da sabedoria universal, e passava a achar que o povo não sabia votar, tanto que acabava votando os candidatos em que eles próprios estavam votando.

Vingança dos eleitores de Jânio Quadros contra um eleitorado que tornara vitorioso o candidato que eles próprios apresentavam. E que, por isso, trouxera como consequência amarrar ao pé de cada cidadão a corrente de ferro da escravidão, traduzida numa incapacidade política, como seria a privação do direito de voto, na eleição do Presidente da República.

Sim, acredito que o mérito maior veio a caber à juventude. Não está ela à frente de todos os movimentos, com que se dignifica a própria humanidade? Os adultos não encontraram argumentos, com que se opor às idéias que ela defendia. Não há explicação para que se recuse o direito de voto num regime presidencial, quando se trata de escolher a autoridade suprema, aquela de quem tudo depende, e na qual se concentra a maior dose de responsabilidade pelos atos do poder público. Não há exemplo de regime presidencial que não atribua ao povo o direito de eleger o chefe da Nação. Dezenas de Constituições estão aí, para provar a tese de que, no regime presidencial, só é legítimo o Presidente da República eleito pelo voto direto de toda a população. Não há como fugir a esse corolário, que consiste em defender a eleição direta da autoridade responsável pelo direção governamental.

Para evitar que os sentimentos de todo o Brasil pudessem chegar a Brasília, resolveu-se estabelecer, em torno da capital, uma espécie de cerco, envolvendo alguns municípios que a circundavam, decretando-se medidas de emergência, com um executor já famoso pela sua truculência. Dizia-se que era para garantir a liberdade do Congresso, com providências que não podiam deixar de valer como intimidação. Isolava-se Brasília. Procurava-se criar o vácuo, em torno dela.

Mas todo tempo perdido. Brasília estava solidária com todo o Brasil. E consciente de seus deveres como capital, reagia corajosamente contra a opressão das medidas de emergência. Pela segunda vez, na história política do Brasil, criava-se o estado de sítio, com o pseudônimo de medidas de emergência, para acompanhar o processo da votação de emenda constitucional, quando se defendia a eleição direta para a Presidência da República, em substituição a um Colégio Eleitoral, que poderia tornar-se presa fácil da corrupção ou do autoritarismo. 1984 repetia 1926. Que significação poderia ter a mudança de datas, e do nome dos governos, se a realidade era a mesma, e se a proteção era o nome com que se disfarçava a opressão?

Por isso teve grande concorrência o ato promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, setor de Brasília, inaugurando placa para rememorar o que custaram à capital as medidas de emergência. Maurício Correia e Pompeu de Sousa, que tomaram a seu cargo as providências em que se traduziu a reação de Brasília, quiseram que coubesse a outras pessoas o descerramento da placa, em que se recordavam os sofrimentos da capital, nos dias ominosos da execução das medidas de emergência. Mas, na verdade, a placa que se estava inaugurando, depois de notável discurso de Raimundo Faoro, era como que a certidão da maioria de Brasília, como capital da Nação, numa integração perfeita com os sentimentos de toda a população brasileira.